VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

A CIRCULAÇÃO DOS MANUSCRITOS NO BRASIL COMO BASE À TRANSMISSÃO DA CULTURA APÓS A CRIAÇÃO DA IMPRENSA RÉGIA

Renata Ferreira Munhoz*

Para se recuperar a cultura referente à segunda metade do século XVIII, torna-se de grande valia o estudo de documentação manuscrita, pois diferentemente das demais colônias europeias no continente, onde a imprensa existiu desde o século XVI, no Brasil foi proibida qualquer atividade de imprensa, até 13 de maio de 1808, com a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, hoje Imprensa Nacional: "com a proibição da imprensa em terras brasileiras pela Coroa Portuguesa até 1808, os manuscritos eram um dos mecanismos de circulação de textos literários, poéticos, técnicos." (ALMADA, 2006, p. 37)

Pelo estudo de fragmentos de documentos elencados para comporem o *corpus* deste artigo, intenciona-se apresentar o percurso da produção de textos manuscritos no final do século XVIII, visando a "reconhecer-se nas escritas não apenas um meio de transmissão de saberes, mas uma fonte de conhecimentos em si mesmas" (SANTOS, 2000, p. 92). Com destaque a documentos que tratam da temática da cultura letrada, serão

* Doutoranda e Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH/USP, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto. Bacharel e Licenciada em Letras, Português e Alemão. Bolsista pelo *Fundo Sasakawa (SYLFF)*. Professora de Língua Portuguesa nos Ensinos Fundamental e Médio por dez anos, em colégios como *Termomecanica* e *Singular*. Experiências como tradutora na *Walt Disney World*, na *Bertelsmann* e revisora *freelancer*.

apresentados como exemplos trechos manuscritos ascendentes (enviados da capitania de São Paulo a Portugal) e descendentes (enviados da Corte ao Brasil colonial) da governança do Morgado de Mateus: "A classificação de ascendente e descendente cabe enquanto gênese, enquanto manifestação de vontade inicial" (BELLOTTO, 2014, p. 398). Acrescenta-se que "aos diferentes níveis da hierarquia nobiliárquica, política e administrativa correspondem circuitos documentais de sentido descendente, ascendente e horizontais" (MARTINHEIRA, 1997, p. 56).

Dessa maneira, pretende-se trabalhar com os traços individuais e coletivos da escrita, segundo a perspectiva de Santos (2000, p. 93), de não existir a espontaneidade da escrita. Considera-se, a exemplo da autora, que um determinado tipo de escrita é sempre o resultado da conglomeração dos fatores de personalidade do autor e de sua cultura, refletindo a sociedade em que esteve inserido em seus aspectos cultural, econômico, político e, sobretudo, social: "A escrita não funciona como uma mediação entre o homem e um sentido ou um objeto, mas entre o homem e o homem" (DEBRAY, 1983, p. 25). Os trechos elencados tratam de assuntos referentes à produção da escrita no Brasil colonial, tais como a necessidade de se contratarem amanuenses e a dificuldade de se encontrarem profissionais da escrita na capitania de São Paulo.

OS MANUSCRITOS NA ERA DA IMPRENSA

Até o advento da imprensa, a forma manuscrita era a maneira exclusiva de registro escrito que sempre visou à manutenção de informações: "O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado [...] a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda" (CHARTIER, 2007, p. 9). Como precursores da cultura letrada, os manuscritos mantiveram, ao longo dos séculos, o valor simbólico de objetos notáveis por sua aura de 'guardiões da memória': "Manuscritos, seja livros, seja documentos, sempre foram itens de alto valor social. Representavam o poder do conhecimento e exigiam o aporte de recursos financeiros e humanos custosos em sua produção. Eram considerados bens de prestígio e conferiam status a seus proprietários" (ALMADA, 2006, p. 34). Vale ressaltar que a característica essencial dos documentos manuscritos é o seu caráter de espécie única. Afinal, por meio

da técnica de cotejo, observa-se que as cópias, mesmo quando feitas por um mesmo punho, poderiam continham idiossincrasias em relação ao original de que derivavam.

Diferente do que se possa imaginar, a invenção da imprensa não tornou a escrita manuscrita obsoleta:

> A presença da imprensa não anulou a prática de produção de textos manuscritos, até porque cumprem funções diferentes; pelo contrário, de certa forma contribuiu para o avanço e a propagação da arte da caligrafia através da publicação de manuais impressos em tipografia e em calcografia (que pretendem reproduzir no impresso as peculiaridades da escrita manuscrita). (ALMADA, 2006, p. 54)

Segundo Higounet (2003, p. 165), as escritas mecânicas não mataram as escritas manuscritas, embora as tenham feito retroceder. Esse retrocesso deve-se mais à alteração das funções sociais reservadas aos textos manuscritos do que efetivamente a um declínio de sua utilidade. A redução mais representativa do emprego da grafia manuscrita no século XVIII, de acordo com Curto (2007, p. 215), ocorreu no domínio do livro, em que se adotou a tipografia. A oposição entre as duas formas de escrita *print culture* e *scribal culture* foi abordada por Chartier (2002, p. 84), que as entendia como paralelas, destacando a manutenção da publicação manuscrita desde a época da impressão até o século XX.

Assim, a imprensa não abarcou a produção de documentos oficiais: “A presença da imprensa não anulou a prática de produção de textos manuscritos e [...] contribuiu para o avanço e a propagação da arte da caligrafia através da publicação de manuais impressos, tais como a obra Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar.” (ALMADA, 2006, p. 6)

Observa-se o emprego concomitante das escritas manuscrita e impressa: “diante da heterogeneidade radical entre duas modalidades de reprodução dos livros, graças à mão ou graças ao prelo, opõem-se as continuidades da ‘cultura gráfica’ ” (CHARTIER, 2002, p. 77). Embora haja exemplares impressos (sobretudo exemplares de tratados) encadernados nos cartulários, as correspondências entre autoridades permaneciam manuscritas, conforme comprova o *corpus*. Esse recuo do manuscrito foi compensado pelo crescimento constante do número de pessoas que passaram a servirem-se da escrita.

A CIRCULAÇÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO NO FINAL DO SÉCULO XVIII

O Conselho Ultramarino era o órgão responsável por baixar as ordens régias e avisos dos secretários de Estado aos súditos e, ao mesmo tempo, por fazer subirem as cartas e requerimentos que partiam das autoridades dos domínios ultramarinos ao soberano. Assim, a correspondência vinda do ultramar era levada ao Conselho Ultramarino antes de chegar à presença do rei. Os pareceres dados pelo Conselho eram, de acordo com Bellotto (2014, p. 396), chamados "consultas" e "consultas do serviço do Rei" quando era o rei quem consultava o Conselho. A função governativa é centralizada no rei, a quem cabe informar, aconselhar, ordenar e controlar. Entretanto,"para levar a efeito seu mando, a Coroa cerca-se de uma série de órgãos, alguns deles com peso significativo, entre eles, em destaque, o Conselho Ultramarino." (BELLOTTO, 2014, p. 394)

O Conselho Ultramarino, responsável pelo expedição dos documentos ao Brasil, foi criado por D. João IV em 1643, a fim de centralizar todos os assuntos referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde e lugares de África. A esse órgão administrativo competia o provimento de todos os cargos de relativos à justiça, a consulta de todas as naus e navios e a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos. "Essas matérias e negócios abrangiam as grandes funções do Estado: Administração, Fazenda, Guerra, Justiça e Igreja" (BELLOTTO, 2014, p. 396). A fim de reduzirem-se algumas incumbências do Conselho Ultramarino, em 1736 criou-se a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, responsável pelo registro e envio das correspondências manuscritas estudadas. Era da competência dessa Secretaria nomear os governadores, capitães-generais, vice-reis e demais cargos civis e militares do ultramar, bem como questões pontuais às colônias como as missões. Essa Secretaria, a partir de 1750 passa a receber os "ofícios e requerimentos, sobre os quais tomava decisões e expedia as ordens, as portarias e avisos, bem como trocava informações por meio de ofícios." (MARTINHEIRA, 1997, p. 51)

OS DOCUMENTOS DO *CORPUS*

Os manuscritos selecionados para a composição do *corpus* apresentam, em sua totalidade, caráter oficial, formatados sob os modelos estabelecidos pelas espécies

documentais de ofício, aviso, carta régia e carta, tidas como "espécies principais", cujo assunto originou o verbete catalográfico do processo, segundo Martinheira (1997, p. 52). Distinguem-se dos demais documentos, considerados "anexos", na composição do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, pois se "entende por documento principal, o que dá início ou que finaliza o processo e que contém a maior e melhor abrangência das informações" (MARTINHEIRA, 1997, p. 52). Diante disso, pode-se citar como exemplo o documento 2634, em que há o anexo de um sobrescrito; enquanto o 2254, designado como uma carta familiar, possui como anexo uma "resposta familiar", aparentemente escrita como um "borrão" no sobrescrito.

Não existia hierarquia administrativa obrigatória quando se tratava de correspondência no Brasil colonial. Assim, qualquer súdito poderia dirigir-se diretamente à autoridade que quisesse. O Morgado de Mateus recebia, portanto, além das correspondências descendentes, muitas ascendentes, enviadas diretamente por moradores da capitania. Como o corpo burocrático era muito reduzido, cada súdito deveria considerar-se um fiscal, o que impulsionava a constante delação entre os pares nas diversas funções. O governo garantia, desse modo, uma estrutura de controle com poucos funcionários. Observa-se, com isso, a falta de limites entre o público e o privado na documentação da governança portuguesa. Tal asserção pode ser corroborada pelo fato de, com a vinda da família real ao Brasil em 1808, o governo francês ter delegado aos próprios portugueses a manutenção das correspondências referentes a assuntos meramente pessoais, consideradas pela França de 'ordem menor'.

A partir da análise codicológica, os manuscritos podem ser encontrados atualmente como avulsos, em suporte de pergaminho ou papel, ou como códices, organizados em cadernos por costura. A documentação ativa possui seus originais arquivados no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, acondicionados individualmente dentro de capilhas (folhas de papel almaço sem pauta com a inscrição do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que as catalogou).

Os livros manuscritos são códices de unidade física e intelectual inequívoca, que contêm textos de caráter monográfico e unitário. Já as chamadas miscelâneas representam os códices compostos pela cópia sequencial de textos intencionalmente coligidos, de mesma temática ou autoria. Diante dessa classificação, os documentos passivos encontram-se arquivados em cartulários, também chamados de "códice factício" por constituírem conjuntos de documentos originariamente independentes, reunidos

posteriormente de modo aleatório em uma encadernação. A prática de compilação de documentos avulsos em uma única encadernação é um procedimento antigo de conservação das espécies e ocorria em fase posterior à produção, por motivos alheios ao processo documental.

De acordo com a crítica textual, os testemunhos autógrafos (redigidos e assinados pelos próprios punhos desses autores) e os idiógrafos (em que apenas a assinatura deve-se ao punho do autor intelectual) são considerados originais e têm mais autoridade do que qualquer outro testemunho. Entende-se que mesmo a versão do idiógrafo foi produzida sob o controle direto do respectivo autor, que o ditou a um secretário ou amanuense e o revisou depois para assinar. Trocadas na forma de manuscritos entre o Morgado de Mateus e as mais altas instâncias do governo português, as correspondências sempre redigidas em 3 vias por motivo de segurança marítima (pirataria e naufrágios). Quando as duas vias chegavam, a terceira era destruída e as demais eram tidas como vias originais e eram arquivadas em códices para consulta.

Essa documentação ocupa uma posição social demarcada pela situação de formalidade, uma vez que os seus autores intelectuais foram representantes centrais do reinado de Dom José I em que, segundo Bellotto (2014, p. 391), houve uma certa consolidação das instituições coloniais e uma maior vitalidade organizacional e burocrática. Trata-se do próprio Rei Dom José e seu Primeiro-Ministro, o Conde de Oeiras, além de dois secretários de estado: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro. Assim, como produto do sistema estabelecido pelo governo português por meio do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, o *corpus* possui a valoração histórica ampliada concernente ao cargo ocupado por seus autores, pois "o discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daquele que o domina. A estrutura da relação de forças simbólicas" (BOURDIEU, 1983, p. 166).

Considerando-se os elevados cargos que esses autores ocuparam, seus testemunhos escritos comprovam a ideia de que "a escrita comanda tudo e todos, mesmo aqueles que não a sabem fazer nem a podem ler: Controla, fiscaliza, legitima, estabelece direitos e deveres, cria memória individual e coletiva, perpetua acontecimentos." (SANTOS, 2004, p. 13) Sendo assim, o discurso que construíram nas correspondências do corpus reproduz o a rede de relações sociais existente e emprega, para tanto, a língua portuguesa padrão do período.

FRAGMENTOS DE CORRESPONDÊNCIAS SOBRE A PRODUÇÃO ESCRITA

O Morgado de Mateus tomou posse em São Paulo a 6 de abril de 1766, de acordo com o seu "Diário de governo", permanecendo até 1775 como governador e capitão general da capitania. Chegara a Santos em 23 de julho de 1765 e lá permaneceu até 2 de abril de 1766, resolvendo questões de importância da vila. Justifica isso no fragmento[1]: "Havendo por uma parte a precisão de passar imediatamente à sobredita cidade de São Paulo, para o referido efeito. Havia, pela outra parte, outra necessidade ainda mais urgente que me obrigava a demorar-me nesta vila."

Definido por Taunay (1945, p. 91) como "o homem que não tinha preguiça de escrever", consumia muito papel, conforme um atestado de 18 de junho de 1768, em que o secretário Tomás Pinto da Silva afirma ter comprado 35 resmas de papel para a secretaria. Além disso, toma para si a responsabilidade da atividade da escrita, conforme se observa na carta de 3 de setembro de 1765, redigida na Vila de Santos, a Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal: "Como Vossa Excelência, meu senhor, sabe muito bem a grande queda que eu dei agora faz um ano, vindo a cavalo na Serra do Marão, na qual espedacei todo o cotovelo e jogo do pulso da mão direita, em cujos lugares não ficou tudo reduzido a sua primeira perfeição e em muitos dias padeço dores naquelas partes, que só com muita mortificação posso escrever. Por isso peço a Vossa Excelência me perdoe e me dispense de eu não poder também escrever as segundas vias pela minha mão, não tendo outro remédio, senão fiá-las de secretário, a quem dei o juramento dos Santos Evangelhos. E dele terei todo o devido cuidado, além disso, para que de nenhum modo possa haver o mínimo prejuízo no segredo tão necessário ao Real Serviço de Sua Majestade, que Deus guarde."

A importância que atribui à escrita, a ponto de ter se ocupado no início de seu governo de escrever as duas vias a serem enviadas ao reino. Entretanto, essa sua visão remete ao "seu natural exagero nas coisas pelas quais se interessava – e que seria constante por toda a abundante correspondência que manteve com a Corte." (BELLOTTO, 1979, p. 32), e não é compartilhada por seus superiores. Em resposta, encontra-se como anexo ao documento, o borrão que traz "E deve dizer-lhe que não tome

[1] Carta catalogada com o número 2250 pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

de sua própria mão, porque é melhor empregar esse tempo com mais utilidades do Real Serviço, de que se aplica tão louvável e afetuosamente."

Na carta[2] de 23 de julho de 1773, o Morgado de Mateus informa a Martinho de Melo e Castro sobre as diligências para responder a todos os ofícios e acerca da confusão de papéis e livros da provedoria antiga. A esses contratempos, soma-se a dificuldade de não se achar na capitania amanuenses para trabalhar: "Na mesma junta se ficam continuando as mesmas diligências para acabar de completar as respostas de todos os ofícios que ainda faltam e não tem sido pequeno o trabalho em descobrir as clarezas necessárias no meio da confusão e embaraço em que se acham os papéis e livros da provedoria antiga. Faltam muitos livros de que se não alcança notícia alguma e não tem sido menor a dificuldade de achar nesta capitania os aritméticos e amanuenses capazes para trabalharem, porque de tudo aqui há falta. Nesta consideração, espero que Vossa Excelência queira desculpar todas aquelas coisas em que por impossibilidade, ou insuficiência possa haver algum defeito." O discurso apresenta a dificuldade de se encontrarem materiais, referindo-se de forma negativa ao governo anterior. Do mesmo modo, a ausência de profissionais qualificados é um grande impedimento. Justifica-se, com isso, possíveis falhas, especialmente de comunicação.

O Aviso[3], descendente, enviado em 23 de agosto de 1770 do Marquês de Pombal ao Morgado de Mateus afirma "a fim de que as ditas contas se finalizem com a brevidade possível e para que aos ditos oficiais lhes não sirva de desculpa o dizerem que por ordem de Vossa Senhoria se ocupam em escritas da secretaria desse governo, devo dizer-lhe que só no caso de eles se acharem desocupados é que Vossa Senhoria os pode ocupar em algumas diligências breves e casuais que lhes não embaracem as obrigações dos seus empregos. E sucedendo haver necessidade de pessoas que escrevam na secretaria, nesse caso mandará Vossa Senhoria chamar os amanuenses que lhe forem necessários, os quais não sendo mais precisos se devem despedir depois de satisfeitos do seu trabalho."

Observa-se, com isso, a postura dos superiores do Morgado de Mateus, que davam maior importância às contas do que à produção escrita. Contrapõe-se a essa posição o empenho do Morgado de Mateus em seus registros.

[2] Carta catalogada com o número 2634 pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

[3] Aviso catalogado com o número 46 pela dissertação de Mestrado de Munhoz (2009, p. 299).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo diverso das demais colônias europeias no continente, onde a imprensa existiu desde o século XVI, a sociedade colonial brasileira foi essencialmente manuscrita. Afinal, como já se mencionou, no Brasil foi proibida qualquer atividade de imprensa até 13 de maio de 1808, com a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Tidos como os mecanismos precípuos de difusão do conhecimento na esfera administrativa oficial, apresentaram-se alguns fragmentos transcritos de manuscritos do período em que Dom Luís António de Sousa, o Morgado de Mateus, atuou como governador e capitão-general da capitania de São Paulo (1765-1775), a fim de ressaltar a importância da produção escrita para a manutenção de um governo ultramarino.

Com a apresentação de documentos que trataram da temática da cultura letrada, pretendeu-se comprovar a preocupação já existente no período setecentista, uma vez que há correspondências que tratam da própria produção escrita, de maneira metalinguística. Ao se mencionarem assuntos como a dificuldade de se encontrarem profissionais da escrita na capitania de São Paulo, atesta-se a valoração da cultura manuscrita. Vale mencionar que a observância da função coeva dos manuscritos pode ser construída por meio das análises discursiva, diplomática, paleográfica e codicológica. Pretendeu-se, portanto, apresentar, embora brevemente, exemplos da visão setecentista acerca da produção manuscrita para finalidades oficiais, como a manutenção do poder português nas capitanias do Brasil colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Márcia. **Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna – Compromissos de Irmandades Mineiras no Século XVIII**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de História/ UFMG, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **O Morgado de Mateus, Governador de S. Paulo**. Coimbra: Coimbra editora, 1979.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. (*L'économie des échanges linguistiques.* Langue Française, 1977. Trad. Paula Montero. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, vol. 39. 1983.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar – cultura escrita e literatura.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DEBRAY, Régis. **O escriba – gênese do político**. Rio de Janeiro: Retour, 1983.

HIGOUNET, Charles. **História Concisa da Escrita**. São Paulo: Parábola Editora, 2003.

MARTINHEIRA, José Sintra. **Tipologia documental nos arquivos - Um caso: Tipologias documentais da administração central no antigo regime**. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1997.

MUNHOZ, Renata Ferreira. **Correspondência oficial para o Morgado de Mateus: transcrição semidiplomática do livro de número 170 do AESP (de 1767 a 1775)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SANTOS, Maria José Azevedo. **Assina quem sabe e lê quem pode**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

_____. **Ler e compreender a escrita na idade média**. Coimbra: Edições Colibri, 2000.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. **Assuntos de três séculos coloniais (1598-1790)**. In: Anais do Museu Paulista. Tomo duodécimo. São Paulo: USP, 1945.